



2º Simulado Especial

ISS Porto Alegre

Auditor Fiscal Tributário

Pós-Edital

Simulado

Simulado Especial ISS Porto Alegre - RS (Auditor Fiscal da Receita Municipal)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso para **Auditor Fiscal da Receita Municipal do ISS Porto Alegre**;
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00h às 13:30h** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo após estas instruções;

PREENCHA SEU GABARITO

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para preencher seu gabarito.

<https://forms.gle/qj6wmHe6KBEiLsBd7>

01 - ABCDE	33 - ABCDE	65 - ABCDE	97 - ABCDE	129 - ABCDE
02 - ABCDE	34 - ABCDE	66 - ABCDE	98 - ABCDE	130 - ABCDE
03 - ABCDE	35 - ABCDE	67 - ABCDE	99 - ABCDE	131 - ABCDE
04 - ABCDE	36 - ABCDE	68 - ABCDE	100 - ABCDE	132 - ABCDE
05 - ABCDE	37 - ABCDE	69 - ABCDE	101 - ABCDE	133 - ABCDE
06 - ABCDE	38 - ABCDE	70 - ABCDE	102 - ABCDE	134 - ABCDE
07 - ABCDE	39 - ABCDE	71 - ABCDE	103 - ABCDE	135 - ABCDE
08 - ABCDE	40 - ABCDE	72 - ABCDE	104 - ABCDE	136 - ABCDE
09 - ABCDE	41 - ABCDE	73 - ABCDE	105 - ABCDE	137 - ABCDE
10 - ABCDE	42 - ABCDE	74 - ABCDE	106 - ABCDE	138 - ABCDE
11 - ABCDE	43 - ABCDE	75 - ABCDE	107 - ABCDE	139 - ABCDE
12 - ABCDE	44 - ABCDE	76 - ABCDE	108 - ABCDE	140 - ABCDE
13 - ABCDE	45 - ABCDE	77 - ABCDE	109 - ABCDE	141 - ABCDE
14 - ABCDE	46 - ABCDE	78 - ABCDE	110 - ABCDE	142 - ABCDE
15 - ABCDE	47 - ABCDE	79 - ABCDE	111 - ABCDE	143 - ABCDE
16 - ABCDE	48 - ABCDE	80 - ABCDE	112 - ABCDE	144 - ABCDE
17 - ABCDE	49 - ABCDE	81 - ABCDE	113 - ABCDE	145 - ABCDE
18 - ABCDE	50 - ABCDE	82 - ABCDE	114 - ABCDE	146 - ABCDE
19 - ABCDE	51 - ABCDE	83 - ABCDE	115 - ABCDE	147 - ABCDE
20 - ABCDE	52 - ABCDE	84 - ABCDE	116 - ABCDE	148 - ABCDE
21 - ABCDE	53 - ABCDE	85 - ABCDE	117 - ABCDE	149 - ABCDE
22 - ABCDE	54 - ABCDE	86 - ABCDE	118 - ABCDE	150 - ABCDE
23 - ABCDE	55 - ABCDE	87 - ABCDE	119 - ABCDE	151 - ABCDE
24 - ABCDE	56 - ABCDE	88 - ABCDE	120 - ABCDE	152 - ABCDE
25 - ABCDE	57 - ABCDE	89 - ABCDE	121 - ABCDE	153 - ABCDE
26 - ABCDE	58 - ABCDE	90 - ABCDE	122 - ABCDE	154 - ABCDE
27 - ABCDE	59 - ABCDE	91 - ABCDE	123 - ABCDE	155 - ABCDE
28 - ABCDE	60 - ABCDE	92 - ABCDE	124 - ABCDE	156 - ABCDE
29 - ABCDE	61 - ABCDE	93 - ABCDE	125 - ABCDE	157 - ABCDE
30 - ABCDE	62 - ABCDE	94 - ABCDE	126 - ABCDE	158 - ABCDE
31 - ABCDE	63 - ABCDE	95 - ABCDE	127 - ABCDE	159 - ABCDE
32 - ABCDE	64 - ABCDE	96 - ABCDE	128 - ABCDE	160 - ABCDE

SIMULADO NO SISTEMA DE QUESTÕES

Clique no link, ou copie e cole no seu navegador, para fazer este simulado também no SQ!

<https://coruja.page.link/korH>

BLOCO I

LÍNGUA PORTUGUESA

Luiz Felipe

01. Considerando o fragmento “No último mês, fez cinco anos do nascimento de nosso projeto”, assinale a alternativa que apresenta a correta classificação do sujeito.

- a) De ligação.
- b) Simples.
- c) Indeterminado.
- d) Inexistente.
- e) Oculto.

02. Assinale a alternativa correta no que tange às normas de concordância verbo-nominal:

- a) Aqueles automóveis bastantes modernos cruzaram a avenida em alta velocidade.
- b) Não se viu como foi construído aquela estação tão rapidamente
- c) Tudo estava no lugar: as lideranças debatiam, discursavam e, ao final do dia, chegava a uma conclusão.
- d) Devem haver outros candidatos a essa vaga.
- e) A maior parte dos alunos foi aprovada.

03. Na frase “O grupo de trabalho optou pelo reagendamento das palestras de conscientização”, se o vocábulo “grupo” fosse flexionado no plural, quantas outras palavras precisariam ter a grafia modificada para garantir a correta concordância verbo-nominal?

- a) 1
- b) 2
- c) 3
- d) 4
- e) 5

04. Considere as passagens:

Se não for possível prorrogar, liberaremos as inscrições.

Ele precisa ir se adaptando a essa condição.

Os vocábulos em destaque podem, respectivamente, ser classificados como

- a) conjunção, pronome reflexivo
- b) partícula apassivadora, índice de indeterminação
- c) pronome reflexivo, parte integrante do verbo
- d) conjunção, partícula apassivadora
- e) conjunção, parte integrante do verbo

05. Considere os trechos:

"Mas, apesar da aprovação, houve intenso descontentamento"

"na atualidade, são aceitos plenamente"

As expressões destacadas apresentam, correta e respectivamente, as circunstâncias de:

- a) concessão e modo
- b) consequência e ênfase
- c) ressalva e afirmação
- d) ressalva e modo
- e) oposição e ênfase

TEXTO 1



06. Pode-se afirmar em relação ao texto:

- a) A charge brinca com as palavras para produzir humor.
- b) O texto trabalha apenas com linguagem verbal para produzir sentido.
- c) A charge se constrói através de contraste, mostrando duas realidades distintas.
- d) A linguagem não-verbal é dispensável para a compreensão da charge.
- e) A intenção do texto é suscitar a discussão unicamente sobre a relação entre pais e filhos.

07. O vocábulo em destaque com semântica de finalidade está em:

- a) Dormi cedo **porque** tinha que trabalhar no dia seguinte.
- b) **Para** os pais, ele continuava sendo uma criança.
- c) Os candidatos, **para** conquistarem as melhores colocações, encaram longas jornadas de estudo.
- d) Fomos transformados **pela** presença de alguém tão culto.
- e) Comprei uma passagem **para** Salvador.

08. Analise o emprego da vírgula no seguinte trecho: "O PLC 186, que traz absurdos contra profissionais de educação, será votado". A vírgula apresenta a mesma função que desempenha nesse trecho em:

- a) Assim que anoiteceu, todos foram dormir.
- b) Os alunos, muito inteligentes e atentos, foram aprovados.
- c) Os carros, as motos, as bicicletas e as pessoas lotam o centro da cidade.
- d) A chegada da encomenda, quando estávamos em tempos normais, não demorava muito.
- e) Se todos fossem iguais, sobrariam talentos desperdiçados.

09. Considerando o fragmento adaptado do trecho "A vida que levo me permite ser feliz", assinale a alternativa que apresenta a correta função sintática da expressão sublinhada.

- a) Adjunto adnominal.
- b) Adjunto adverbial.
- c) Complemento nominal.
- d) Aposto.
- e) Objeto direto.

10. Assinale a opção que indica o erro de norma culta presente no fragmento abaixo.

"Em relação à obrigação de ser feliz, ama-se os maus enquanto os bons esperam o encontro que os liberte da solidão".

- a) a falta de concordância na forma verbal "ama-se".
- b) a ortografia de "maus".
- c) a colocação pronominal em "que os liberte"
- d) uso inadequado do acento grave em "à obrigação".
- e) O emprego do conectivo "enquanto".

TEXTO 2

Em 2020, a maioria das pessoas passou muito mais tempo em casa do que planejado. Com a chegada de uma pandemia, foi necessário ressignificar nossa relação com trabalho e habitação. Nossa casa, de uma hora para outra, se transformou em local de trabalho, de esporte e de lazer.

Assim, esse aumento de tempo em casa também fez com que muitas pessoas entendessem que a moradia não atendia mais a todas suas necessidades. Por outro lado, muitas empresas se viram despreparadas para lidarem com o momento, precisando correr atrás de ferramentas e novos fluxos de trabalho para atender à nova realidade.

Mas o trabalho remoto não é tão novo no Brasil. Segundo pesquisa do IBGE, em 2018 cerca de 3,8 milhões de brasileiros já trabalhavam nesse formato. Além disso, outra pesquisa realizada pela Buffer, **ainda** em 2019, mostrou que 98% dos profissionais gostariam de trabalhar remotamente ao menos uma vez durante sua vida.

Então, ao que tudo indica, o home office já era algo esperado, e muitas vezes desejado. Porém, a maior mudança será em relação ao trabalho híbrido. Isso porque, apesar de muita gente estar de home office, outras tantas pessoas ainda se encontram em escritórios. Dessa forma, é preciso pensar cada vez mais no bem-estar do funcionário que precisa trabalhar presencialmente.

Enfim, o trabalho híbrido será uma tendência e uma realidade para 2021. Certamente, é necessário buscar alternativas para seguir com o trabalho remoto em alguns casos, mas também para aguardar essa volta para o escritório, e tornar esse ambiente realmente “híbrido” e atento a essas mudanças.

Fonte: <<https://blog.marelli.com.br/pt/arquitetura-corporativa-tendencias/>>

11. Segundo o texto, uma das dificuldades do trabalho remoto em 2020 para os trabalhadores foi:

- a) despreparo dos escritórios.
- b) aumento da carga de trabalho.
- c) estruturar a casa como local de trabalho, lazer e moradia.
- d) aliar o desejo com a necessidade de se trabalhar em casa.
- e) falta de ferramentas e processos específicos.

12. Enxergaremos o passado como quem não viverá o presente. –, os verbos destacados estão no futuro do presente. Passando-os para o pretérito mais-que-perfeito, tem-se, respectivamente:

- a) Enxergáramos / vivera
- b) Enxergaríamos / viveria
- c) Enxergamos / viveu
- d) Enxergamos / vive
- e) enxergávamos / vivia

13. Todas essas etapas, _____ para o correto andamento do processo, precisam estar de acordo com as regras _____ pelas autoridades locais, em conformidade com as regras aplicadas a todos os candidatos que _____ na seleção. O que se pode afirmar é que há _____ vagas

Para que o texto esteja de acordo com a norma-padrão de concordância verbal e nominal, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- a) necessárias... passadas...se inscreveu... bastantes
- b) necessárias... passadas... se inscreveram... bastantes
- c) necessário... passadas... se inscreveram... bastantes
- d) necessárias... passadas... se inscreveram... bastante
- e) necessária... passadas... se inscreveu... bastantes

14. Considere as frases elaboradas a partir do texto.

- O desejo de crescer, o professor que _____ na cabeça dos alunos.
- Segundo os responsáveis, o filho _____ de que passaria a noite em outra cidade.

Com base na norma-padrão de emprego dos pronomes, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- a) o colocou; avisou-os
- b) o colocou; avisou-lhes
- c) lhe colocou; avisou-o
- d) os colocou; avisou-lhes
- e) o colocou; avisou-lhe

15. Os sinais de pontuação estão incorretos em:

- a) Os estudantes, mesmo aqueles reprovados, devem comparecer à cerimônia.
- b) Todos estavam ansiosos pelos resultados, e não perceberam a alteração de cronograma.
- c) Cabe ressaltar que geralmente, a taxa de desemprego, cresce em situações de instabilidade política.
- d) Em janeiro todos estarão de férias nas ilhas caribenhas.
- e) As propostas foram feitas de acordo com o contrato, quando tudo ainda seguia um padrão.

16. Em relação ao acento indicativo de crase, assinale a alternativa em que houve emprego incorreto:

- a) Nesses eventos, todos podem comer à vontade.
- b) Os sintomas associados à algumas doenças podem trazer certa confusão.
- c) Chegamos à conclusão de que não vale a pena o combate.
- d) O indivíduo deve, às vezes, se desligar do mundo real.
- e) O país estava associado àquele esquema de corrupção.

17. A palavra destacada foi empregada como adjetivo em:

- a) Não achava a escova de pentear **cabelo**.
- b) Sabíamos de **tudo** que estava acontecendo.
- c) Descartou **permanentemente** a ideia apresentada.
- d) Todos pareciam estar **bastante** cansados.
- e) Havia um bar **interessante** na rua principal.

18. Considerando as regras de colocação pronominal, assinale a alternativa em que há correção gramatical:

- a) Se acreditou que um dia viveríamos em paz.

- b) Crê-se que as etapas deveriam ser antecipadas, mas organizaram-nas de um outro modo.
- c) Quando não contam-lhe a verdade, a relação se rompe.
- d) As notícias que disseminaram-se não contribuíram com o contrato a ser fechado.
- e) Se o encontrasse, entregaria-lhe o recado.

19. Não atende aos critérios de conjugação verbal a alternativa:

- a) Quando eu o vir, direi que desejas conversar.
- b) Os presentes chegaram antes do que eu previra.
- c) Se eu impuser as novas regras, todos ficarão contra mim.
- d) Requeiro os documentos comprobatórios.
- e) Os guardas deteram os ladrões.

20. No que tange à classificação morfológica, relacione a segunda coluna de acordo com a primeira:

- (1) No futuro, tudo vai ser moleza!
 - (2) A vida é muito inconveniente.
 - (3) Só vai ter que apontar o que a gente quer e clicar.
 - (4) Sem perda de tempo.
- () advérbio
 - () pronome demonstrativo
 - () pronome indefinido
 - () preposição

Marque a alternativa que contém a sequência CORRETA de respostas, na ordem de cima para baixo:

- a) 2 - 3 - 1 - 4
- b) 4 - 3 - 2 - 1
- c) 4 - 3 - 1 - 2
- d) 2 - 3 - 4 - 1
- e) 3 - 4 - 1 - 2

DIREITO ADMINISTRATIVO*Antônio Daud*

21. Considerando os termos da Lei 11.107/2005, que dispõe a respeito dos consórcios públicos, é correto asseverar que:

- a) o consórcio com personalidade jurídica de direito público integra a administração direta de todos os entes da Federação consorciados.
- b) O representante legal do consórcio público deverá ser eleito entre os Chefes do Poder Legislativo dos entes da Federação consorciados.
- c) A alteração de contrato de consórcio público dependerá de instrumento aprovado pela assembleia geral, não sendo necessária ratificação por todos os entes consorciados, mas apenas pela maioria.
- d) a União somente pode participar de consórcios com Estados, não com municípios.
- e) apenas o consórcio público de direito público observará as normas de direito público no que concerne à realização de licitação, à celebração de contratos, à prestação de contas e à admissão de pessoal.

22. João, agente público no Estado Alfa, foi processado por ato de improbidade consistente em enriquecimento ilícito, supostamente praticado em outubro de 2024, induzido pela atuação dolosa da empresa Alfa. Ao se consultar com um Procurador do Estado a respeito das características da responsabilização por improbidade administrativa, o Procurador respondeu-o corretamente que:

- a) havendo o falecimento de João, seus herdeiros estão sujeitos à reparação do dano causado até o limite da vantagem ilícita recebida pelo agente.
- b) Para a caracterização dos atos de improbidade, a legislação exige somente a voluntariedade do agente.
- c) Os sócios, diretores e colaboradores de empresa Alfa responderão pelo ato de improbidade que

venha a ser imputado à pessoa jurídica, em qualquer situação.

- d) O exercício ilegal da função pública caracteriza a responsabilidade por ato de improbidade administrativa, ainda que não reste comprovado ato doloso com fim ilícito.
- e) Caso ocorra a celebração de acordo de não persecução civil, João teria que reverter ao Estado Alfa a vantagem indevida obtida, embora seja possível aguardar a decisão judicial, visto não haver óbices legais à celebração do acordo durante a execução de eventual sentença condenatória.

23. Determinado município gaúcho decidiu fomentar a participação de entidade privada sem fins lucrativos em projetos de interesse público e recíproco, tendo publicado chamamento público para os interessados apresentarem seus projetos, sendo que, ao final, seria celebrada avença com a entidade vencedora, beneficiária de recursos financeiros originários dos cofres públicos. Tomando por base o regramento contido na Lei 13.019/2014, o mencionado instrumento de parceria terá forma de:

- a) contrato de gestão.
- b) termo de fomento.
- c) acordo de cooperação.
- d) termo de colaboração.
- e) termo de parceria.

24. Yuri e Alberto passaram a tarde do último sábado discutindo sobre as entidades do terceiro. Na ocasião, Yuri informou corretamente que a Organização Social (OS):

- a) é ente privado que pode ter finalidade lucrativa.
- b) pertence à Administração Pública, em qualquer de suas acepções, subjetiva ou objetiva.
- c) representa qualificação que depende exclusivamente de ato de competência do Ministro da Justiça e Segurança Pública.
- d) exigência de comprovação de funcionamento há pelo menos 1 ano.
- e) exige a participação de representante da Administração Pública no Conselho de Administração.

25. Tomando por base os preceitos sobre transparência na gestão fiscal estabelecidas pela LC 131/2009, é correto afirmar que a transparência será assegurada também mediante:

- a) incentivo à participação popular durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- b) liberação ao conhecimento e acompanhamento da sociedade de informações resumidas sobre a execução orçamentária e financeira, em meios físicos de acesso público, a serem impressos anualmente.
- c) adoção de sistema integrado de administração orçamentária e patrimonial, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.
- d) realização de consultas públicas durante os processos de elaboração e discussão dos planos, lei de diretrizes orçamentárias e orçamentos.
- e) relatório estatístico contendo a quantidade de pedidos de informação recebidos, atendidos e indeferidos, bem como informações pessoais sobre os solicitantes.

26. Considerando o posicionamento do Supremo Tribunal Federal, assinale a alternativa correta quanto à demissão de empregados públicos concursados por parte das empresas estatais:

- a) sociedades de economia mista somente poderão dispensar seus empregados concursados se houver enquadramento na justa causa trabalhista.
- b) a prévia instauração de processo administrativo é requisito procedimento obrigatório para a demissão de empregados concursados.
- c) empresas públicas e sociedades de economia mista prestadoras de serviço público, apenas, têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados.
- d) empregado público concursado não pode ser demitido após 3 anos de efetivo exercício do emprego.
- e) estatais em regime concorrencial têm o dever jurídico de motivar, em ato formal, a demissão de seus empregados concursados, não se exigindo processo administrativo, motivação que deve conter fundamento razoável, não se exigindo enquadramento na justa causa trabalhista.

27. Considerando as definições legais de concessão e permissão de serviços públicos, assinale a alternativa correta.

- a) Na concessão comum, a remuneração do prestador dos serviços decorrerá exclusivamente das tarifas pagas pelos usuários.
- b) A concessão de serviço público será precedida de licitação, na modalidade concorrência ou diálogo competitivo.
- c) Na concessão patrocinada, o poder público "patrocina" a concessionária, sendo essa a única forma de remuneração desse tipo de concessão.
- d) Em casos excepcionais, a lei prevê a possibilidade de a concessão ser delegada a pessoa física.
- e) Não devem ser utilizados contratos de adesão no caso de permissão de serviço público.

28. Supondo que houve a delegação de serviço público essencial à iniciativa privada, por meio de contrato administrativo de concessão, caso fique comprovado que a concessionária esteja prestando o serviço de forma inadequada ou deficiente, o poder concedente:

- a) tem o dever legal de decretar a caducidade da concessão, mediante autorização legislativa específica e posterior indenização.
- b) poderá promover a caducidade da concessão, mediante decreto, sendo a respectiva indenização calculada no decurso do processo
- c) poderá promover a rescisão da concessão, aguardando-se o trânsito em julgado da decisão judicial que a reconhecer.
- d) tem o dever de sancionar o concessionário, mediante intervenção na concessão.
- e) poderá promover a encampação da concessão, mediante autorização legislativa específica e prévia indenização.

29. Assinale a alternativa que NÃO prevê órgão componente da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD), segundo dispõe a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD:

- a) Conselho Diretor, seu órgão máximo de direção.
- b) Conselho Nacional de Proteção de Dados Pessoais e da Privacidade (CNPDP).
- c) Corregedoria.
- d) Procuradoria.
- e) Encarregado.

30. São hipóteses de inexigibilidade de licitação previstas na Lei 14.133/2021:

- a) locação ou aquisição de bem móvel.
- b) contratação de serviços técnicos especializados de publicidade.
- c) objetos que devam ser contratados por meio de credenciamento.
- d) guerra ou calamidade pública.

- e) produto exclusivo em razão de preferência por marca.

DIREITO CONSTITUCIONAL

João Trindade

31. Sinforosa, testemunha de Jeová, internada em hospital público, recusou-se a receber transfusão de sangue, mesmo sendo alertada de que, com isso, poderia vir a óbito. À luz da jurisprudência do STF, a equipe médica deve:

- a) realizar a transfusão forçada
- b) reconhecer o direito à recusa, se esta tiver sido feita de forma livre e consciente
- c) reconhecer o direito à recusa, exceto se Sinforosa for maior de 65 anos
- d) suscitar questionamento sobre o tema ao poder Judiciário
- e) consultar o Ministério Público

32. Lei do Estado Alfa, ao disciplinar o regime jurídico dos defensores públicos, resolveu atribuir-lhes porte de arma de fogo. Nesse caso, à luz da jurisprudência do STF, a lei estadual deve ser considerada:

- a) inconstitucional, por invadir competência legislativa privativa da União
- b) constitucional, desde que a União tenha delegado atribuições ao estado mediante lei ordinária
- c) inconvencional
- d) inconstitucional, por não se poder atribuir porte de arma a servidores públicos
- e) constitucional, por se tratar de matéria de competência concorrente

33. Wilxeslaynne é governadora do Estado Zeta; Agislancléia é prefeita do Município de Gama, situado no Estado Zeta; Princielle é Senadora da República. Caso todas elas sejam, isoladamente, acusadas do cometimento de crimes comuns, seu processo e julgamento caberá, respectivamente, aos seguintes tribunais:

- a) STJ, STJ e STF
- b) STJ, TJ e STF
- c) TJ, TJ e STJ
- d) TJ, TJ e STJ
- e) STJ, STJ e STJ

34. A respeito do Poder Judiciário, assinale a alternativa incorreta:

- a) Somente pelo voto da maioria absoluta de seus membros ou dos membros do respectivo órgão especial poderão os tribunais declarar a inconstitucionalidade de lei ou ato normativo do Poder Público
- b) Compete aos Tribunais de Justiça julgar os juízes estaduais e do Distrito Federal e Territórios, bem como os membros do Ministério Público, nos crimes comuns e de responsabilidade, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral
- c) Aos juízes é vedado exercer, ainda que em disponibilidade, outro cargo ou função, salvo uma de magistério
- d) a CF veda a permuta de juízes de mesma entrância, ainda que pertencentes ao mesmo segmento de justiça, se forem vinculados a tribunais diversos
- e) o ato de remoção ou de disponibilidade do magistrado, por interesse público, fundar-se-á em decisão por voto da maioria absoluta do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça, assegurada ampla defesa

35. O sindicato dos petroleiros, após assembleia, decidiu que em 24 horas ocuparia todas as refinarias e instalações das empresas exploradoras de petróleo, para pressionar os empregadores a aceitarem o reajuste desejado pela categoria. Os empregadores foram comunicados por escrito dessa decisão.

Uma estatal federal (sociedade de economia mista) e uma empresa privada resolveram, cada qual, ingressar com interdito proibitório na defesa de seus interesses, visando a impedir que a posse de suas instalações fosse molestada pelos grevistas. Considerando os fatos, as regras de competência e o entendimento consolidado do STF, assinale a afirmativa correta.

- a) Tanto a estatal quanto a empresa privada deverão ajuizar suas ações na Justiça Estadual.
- b) A estatal, dada a sua natureza jurídica, ajuizará ação na Justiça Federal comum e a empresa privada, na Justiça do Trabalho.
- c) A estatal federal e a empresa privada ajuizarão suas ações na Justiça do Trabalho.
- d) A empresa privada ajuizará ação na justiça estadual e a estatal federal, na Justiça Federal comum.
- e) a estatal federal e a empresa privada ajuizarão suas ações na Justiça Federal comum.

36. É direito dos trabalhadores urbanos e rurais, conforme a Constituição Federal, exceto:

- a) relação de emprego protegida contra despedida arbitrária ou sem justa causa, nos termos de lei ordinária, que preverá indenização compensatória, dentre outros direitos
- b) salário-mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim
- c) participação nos lucros, ou resultados, desvinculada da remuneração, e, excepcionalmente, participação na gestão da empresa, conforme definido em lei
- d) proteção do mercado de trabalho da mulher, mediante incentivos específicos, nos termos da lei
- e) assistência gratuita aos filhos e dependentes desde o nascimento até 5 (cinco) anos de idade em creches e pré-escolas

37. O Governador do Estado Alfa deseja ajuizar ação de controle concentrado de constitucionalidade, perante o STF, para confirmar a constitucionalidade de lei estadual que estendeu aos servidores estatutários estaduais o adicional de penosidade.

À luz da CF e da jurisprudência do STF, o governador deve ajuizar:

- a) Reclamação
- b) Ação declaratória de constitucionalidade
- c) Ação direta de inconstitucionalidade
- d) Arguição de descumprimento de preceito fundamental
- e) Recurso extraordinário

38. Quanto aos direitos sociais na CF, pode-se afirmar corretamente que:

- a) a CF prevê a proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
- b) não é constitucionalmente assegurada a igualdade de direitos entre o trabalhador com vínculo empregatício permanente e o trabalhador avulso
- c) É assegurado o direito de greve, competindo aos empregadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam por meio dele defender
- d) Nas empresas de mais de três empregados, é assegurada a eleição de um representante destes com a finalidade exclusiva de promover-lhes o entendimento direto com os empregadores.
- e) A CF assegura a proteção do salário na forma da lei, constituindo crime sua retenção dolosa ou culposa

39. Wanderson impetrou mandado de segurança em face do Governador, perante o Tribunal de Justiça do Estado Beta, que deferiu a ordem. Inconformado, o Estado Beta busca recorrer da decisão, a qual considera ter contrariado os dispositivos constitucionais aplicáveis à espécie. Nesse caso, o recurso a ser utilizado é:

- a) recurso especial para o STJ
- b) recurso extraordinário para o STF
- c) recurso ordinário para o STJ
- d) recurso ordinário para o STF
- e) reclamação constitucional para o TST

40. A respeito da Administração Pública na Constituição, julgue os itens a seguir:

I - As administrações tributárias da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, atividades essenciais ao funcionamento do Estado, exercidas por servidores de carreiras específicas, terão recursos prioritários para a realização de suas atividades e atuarão de forma integrada, inclusive com o compartilhamento de cadastros e de informações fiscais, na forma da lei ou convênio.

II - Os atos de improbidade administrativa importarão a perda dos direitos políticos e da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

III - O teto constitucional de remuneração do funcionalismo aplica-se a todas as empresas públicas e sociedades de economia mista brasileiras.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) I
- b) I e II
- c) I e III
- d) II e III
- e) II

MATEMÁTICA FINANCEIRA E ESTATÍSTICA

Carlos Henrique

41. Cecília passou no concurso do ISS BH (estudando no Estratégia Concursos, nem precisava dizer, né?) e, ao receber o seu primeiro salário, resolveu aplicar um certo capital a juros simples. O capital produz o montante de R\$ 28.800,00 em cinco meses e, em oito meses, esse montante passa a valer R\$ 30.720,00.

Nessas condições, pode-se concluir que a taxa de juros aplicada ao capital de Cecília é:

- a) 2,50% a.m.

- b) 2,60% a.m.

- c) 2,70% a.m.

- d) 2,80% a.m.

- e) 2,90% a.m.

42. Cecília, ao assumir seu cargo no fisco de BH, aplicou um capital no valor de R\$ 18.000,00, durante 8 meses, a juros simples, com uma taxa de 18% ao ano. No final do período, o montante é resgatado por Cecília e aplicado a juros compostos, durante um ano, a uma taxa de 5% ao semestre. A soma dos juros das duas aplicações, obtido por Cecília, é igual a

- a) R\$ 4.012,30.

- b) R\$ 4.026,40.

- c) R\$ 4.176,00.

- d) R\$ 4.226,40.

- e) R\$ 5.417,10.

43. Cecília desconta um título de crédito com valor nominal de R\$ 36.000,00 40 dias antes do seu vencimento, segundo as regras do desconto bancário, à taxa simples de desconto de 6% ao mês.

Sobre a operação de Cecília, houve cobrança de IOF (Imposto sobre Operações Financeiras), com alíquota simples de 3% ao ano. Houve ainda a cobrança de uma taxa fixa de serviço bancário de 1%.

Sabendo-se que essas duas cobranças incidiram sobre o valor nominal do título de Cecília. Podemos deduzir que o valor que Cecília recebeu foi de:

- a) R\$ 32.320,00

- b) R\$ 32.520,00

- c) R\$ 32.820,00

- d) R\$ 33.640,00

- e) R\$ 33.940,00

44. Marcela tomará um empréstimo em um sistema misto de amortização de financiamentos em que cada prestação é a média aritmética entre as prestações correspondentes nos sistemas SAC e Price, nas mesmas condições.

O empréstimo de R\$ 30.000,00 será quitado em 6 prestações mensais, sendo a primeira delas paga um mês após a contratação do empréstimo. A taxa efetiva de juros utilizada é de 7% a.m.

Portanto, Marcela pagará, na quarta prestação, o valor de:

Dado: $1,07^5 = 1,4$ $1,07^6 = 1,5$

- a) R\$ 6.000,00
- b) R\$ 6.025,00
- c) R\$ 6.125,00
- d) R\$ 6.175,00
- e) R\$ 6.250,00

45. A empresa NOSFERATU CONCURSOS contrai um empréstimo no valor de R\$ 160.000,00 deverá ser pago por meio de 5 prestações mensais, iguais e consecutivas, vencendo a primeira um mês após a data da concessão do empréstimo. Sabe-se que foi utilizado o Sistema Francês de Amortização (Tabela Price) com uma taxa de juros compostos de 3% ao mês, encontrando-se R\$ 34.936,00 para o valor de cada prestação. Imediatamente após o pagamento da primeira prestação, se S representa o percentual do saldo devedor com relação ao valor do empréstimo, então

- a) $81\% \leq S < 82\%$
- b) $80\% \leq S < 81\%$
- c) $79\% \leq S < 80\%$
- d) $78\% \leq S < 79\%$
- e) $77\% \leq S < 78\%$

46. Na empresa NOSFERATU, uma das atribuições da supervisora de vendas é o oferecimento do produto Stradivarius aos seus clientes. A probabilidade de a supervisora efetuar a venda do produto Stradivarius em cada reunião com um cliente é 0,40. Em 20% dos dias de trabalho, essa supervisora não se reúne com nenhum cliente; em 30% dos dias de trabalho, ela se reúne com apenas 1 cliente; e em 50% dos dias de trabalho, ela se reúne, separadamente, com exatos 2 clientes.

Em um determinado dia de trabalho, a probabilidade de essa supervisora efetuar pelo menos uma venda presencial do produto Stradivarius é

- a) 36%
- b) 44%
- c) 25%
- d) 56%
- e) 64%

47. A probabilidade de Joana ir fazer a prova do ISS POA é de 0,6 e a probabilidade de Manuel ir fazer a prova do ISS POA é de 0,5. A probabilidade condicional de Joana ir fazer a prova do ISS POA dado que Manuel fará a prova do ISS POA é de 0,7. Assim a probabilidade de que Joana vá fazer a prova do ISS POA OU Manuel vá fazer a prova do ISS POA é de:

- a) 55%
- b) 64%
- c) 69%
- d) 72%
- e) 75%

48. Os salários dos servidores de determinado órgão público apresentam uma distribuição normal com média R\$ 2.000,00 e variância igual a 62.500 (R\$)². Considere os valores das probabilidades $P(0 \leq Z \leq z)$ para a distribuição normal padrão:

z	0,25	0,52	0,84	1,28
$P(0 \leq Z \leq z)$	0,10	0,20	0,30	0,40

A porcentagem dos servidores que ganham salários inferiores a R\$ 1.790,00 ou salários superiores a R\$ 2.320,00 é igual a

- 10%
- 20%
- 30%
- 40%
- 50%

Tabela da Distribuição Normal Padrão
 $P(Z \leq z)$

z	0,0	0,01	0,02	0,03	0,04	0,05	0,06	0,07	0,08	0,09
0,0	0,5000	0,5040	0,5080	0,5120	0,5160	0,5199	0,5239	0,5279	0,5319	0,5359
0,1	0,5398	0,5438	0,5478	0,5517	0,5557	0,5596	0,5636	0,5675	0,5714	0,5753
0,2	0,5793	0,5832	0,5871	0,5910	0,5948	0,5987	0,6026	0,6064	0,6103	0,6141
0,3	0,6179	0,6217	0,6255	0,6293	0,6331	0,6368	0,6406	0,6443	0,6480	0,6517
0,4	0,6554	0,6591	0,6628	0,6664	0,6700	0,6736	0,6772	0,6808	0,6844	0,6879
0,5	0,6915	0,6950	0,6985	0,7019	0,7054	0,7088	0,7123	0,7157	0,7190	0,7224
0,6	0,7257	0,7291	0,7324	0,7357	0,7389	0,7422	0,7454	0,7486	0,7517	0,7549
0,7	0,7580	0,7611	0,7642	0,7673	0,7704	0,7734	0,7764	0,7794	0,7823	0,7852
0,8	0,7881	0,7910	0,7939	0,7967	0,7995	0,8023	0,8051	0,8078	0,8106	0,8133
0,9	0,8159	0,8186	0,8212	0,8238	0,8264	0,8289	0,8315	0,8340	0,8365	0,8389
1,0	0,8413	0,8438	0,8461	0,8485	0,8508	0,8531	0,8554	0,8577	0,8599	0,8621
1,1	0,8643	0,8665	0,8686	0,8708	0,8729	0,8749	0,8770	0,8790	0,8810	0,8830
1,2	0,8849	0,8869	0,8888	0,8907	0,8925	0,8944	0,8962	0,8980	0,8997	0,9015
1,3	0,9032	0,9049	0,9066	0,9082	0,9099	0,9115	0,9131	0,9147	0,9162	0,9177
1,4	0,9192	0,9207	0,9222	0,9236	0,9251	0,9265	0,9279	0,9292	0,9306	0,9319
1,5	0,9332	0,9345	0,9357	0,9370	0,9382	0,9394	0,9406	0,9418	0,9429	0,9441
1,6	0,9452	0,9463	0,9474	0,9484	0,9495	0,9505	0,9515	0,9525	0,9535	0,9545
1,7	0,9554	0,9564	0,9573	0,9582	0,9591	0,9599	0,9608	0,9616	0,9625	0,9633
1,8	0,9641	0,9649	0,9656	0,9664	0,9671	0,9678	0,9686	0,9693	0,9699	0,9706
1,9	0,9713	0,9719	0,9726	0,9732	0,9738	0,9744	0,9750	0,9756	0,9761	0,9767
2,0	0,9772	0,9778	0,9783	0,9788	0,9793	0,9798	0,9803	0,9808	0,9812	0,9817
2,1	0,9821	0,9826	0,9830	0,9834	0,9838	0,9842	0,9846	0,9850	0,9854	0,9857
2,2	0,9861	0,9864	0,9868	0,9871	0,9875	0,9878	0,9881	0,9884	0,9887	0,9890
2,3	0,9893	0,9896	0,9898	0,9901	0,9904	0,9906	0,9909	0,9911	0,9913	0,9916
2,4	0,9918	0,9920	0,9922	0,9925	0,9927	0,9929	0,9931	0,9932	0,9934	0,9936
2,5	0,9938	0,9940	0,9941	0,9943	0,9945	0,9946	0,9948	0,9949	0,9951	0,9952
2,6	0,9953	0,9955	0,9956	0,9957	0,9959	0,9960	0,9961	0,9962	0,9963	0,9964
2,7	0,9965	0,9966	0,9967	0,9968	0,9969	0,9970	0,9971	0,9972	0,9973	0,9974
2,8	0,9974	0,9975	0,9976	0,9977	0,9977	0,9978	0,9979	0,9979	0,9980	0,9981
2,9	0,9981	0,9982	0,9982	0,9983	0,9984	0,9984	0,9985	0,9985	0,9986	0,9986
3,0	0,9987	0,9987	0,9987	0,9988	0,9988	0,9989	0,9989	0,9989	0,9990	0,9990
3,1	0,9990	0,9991	0,9991	0,9991	0,9992	0,9992	0,9992	0,9992	0,9993	0,9993
3,2	0,9993	0,9993	0,9994	0,9994	0,9994	0,9994	0,9994	0,9995	0,9995	0,9995
3,3	0,9995	0,9995	0,9995	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9996	0,9997
3,4	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9997	0,9998
3,5	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998	0,9998
3,6	0,9998	0,9998	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999
3,7	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999
3,8	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999	0,9999
3,9	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000	1,0000

49. A vendedora de carros Cecília decide testar uma hipótese a respeito de vendas mensais. Ela acredita que o número máximo de vendas mensais seja igual a 10. Para testar $H_0: \mu \leq 10$ contra $H_1: \mu > 10$, sendo μ a média de uma variável populacional suposta normalmente distribuída com variância igual a 100, uma amostra aleatória simples de tamanho 25 foi obtida e resultou num valor da média amostral igual a 15,76. Diante de um nível de significância de 1%, o valor-p (nível crítico) correspondente e a decisão a ser tomada são respectivamente:

- 0,002 e não rejeitar H_0 .
- 0,002 e rejeitar H_0
- 0,576 e rejeitar H_0
- 0,105 e rejeitar H_0 .
- 0,105 e aceitar H_0

50. Um estudo com uma amostra aleatória de tamanho 400 revelou que 64% dos cariocas acreditam que morar em uma cidade litorânea aumenta o tempo de vida de um ser humano. O intervalo de 95% de confiança para a proporção de cariocas que acreditam que morar em uma cidade litorânea aumenta o tempo de vida de um ser humano é:

- a) $64\% \pm 2,7\%$
- b) $64\% \pm 3,6\%$
- c) $64\% \pm 4,2\%$
- d) $64\% \pm 4,7\%$
- e) $64\% \pm 5,4\%$

RACIOCÍNIO LÓGICO MATEMÁTICO

Eduardo Mocellin

51. Assinale a alternativa que apresenta uma sentença aberta:

- a) $5 + x = 11$ para $x = 6$.
- b) Está um dia bonito!
- c) $9 + 3 = 10$.
- d) Ele acertou todos os disparos na instrução de tiro.
- e) Brasil é o maior exportador de petróleo do mundo.

52. De acordo com a tabela-verdade a seguir, qual alternativa possui a proposição cujo operador lógico representaria "#"?

P	Q	P#Q
V	V	V
V	F	F
F	V	F
F	F	V

- a) Pedro é estudioso e será aprovado no concurso.
- b) Pedro é estudioso ou será aprovado no concurso.
- c) Ou Pedro é estudioso, ou será aprovado no concurso.

- d) Se Pedro for estudioso, então será aprovado no concurso.
- e) Pedro é estudioso se, e somente se, for aprovado no concurso.

53. Considere a afirmação:

“Joaquim ficou zangado e não conversou com a sua esposa”.

A negação dessa afirmação é:

- a) Joaquim ficou zangado e conversou com a sua esposa.
- b) Joaquim não ficou zangado e não conversou com a sua esposa.
- c) Joaquim não ficou zangado e conversou com a sua esposa.
- d) Joaquim ficou zangado ou não conversou com a sua esposa.
- e) Joaquim não ficou zangado ou conversou com a sua esposa.

54. Analise as afirmações a seguir.

- I. Se a bola é quadrada, então o refresco é de tamarindo.
- II. Se o refresco não é de tamarindo, então o sanduíche é de presunto.
- III. O sanduíche não é de presunto.

Logo, é correto concluir que

- a) a bola é quadrada.
- b) o refresco é de tamarindo.
- c) a bola não é quadrada.
- d) o refresco não é de tamarindo.
- e) a bola é quadrada e o refresco é de tamarindo.

55. Assinale a alternativa que corresponde à negação da afirmação a seguir:

“Todo servidor de Porto Alegre é estudioso e esforçado”.

- a) “Todo servidor de Porto Alegre não é estudioso ou esforçado.”
- b) “Todo servidor de Porto Alegre não é estudioso e esforçado.”
- c) “Existe servidor de Porto Alegre que não é estudioso ou é esforçado.”
- d) “Existe servidor de Porto Alegre que não é estudioso e não é esforçado.”
- e) “Existe servidor de Porto Alegre que não é estudioso ou não é esforçado.”

56. Assinale a alternativa que apresenta uma sentença logicamente equivalente a “Se eu cuidar da minha saúde, então terei qualidade de vida”.

- a) Não cuidarei da minha saúde ou terei qualidade de vida.
- b) Cuidarei da minha saúde ou não terei qualidade de vida.
- c) Se eu tiver qualidade de vida, então cuidei da minha saúde.
- d) Se eu não cuidar da minha saúde, então não terei qualidade de vida.
- e) Cuidarei da minha saúde e não terei qualidade de vida.

57. Todos os nutricionistas são inteligentes. Alguns inteligentes são egoístas. Todos os egoístas são ricos. A partir dessas informações, é correto concluir que:

- a) Os ricos são inteligentes.
- b) Todos os nutricionistas que são egoístas são ricos.
- c) Qualquer inteligente é rico.
- d) Se a pessoa é inteligente, então ela não é rica.
- e) Qualquer inteligente é rico ou é nutricionista.

58. Joaquim é mais baixo do que Amélia. Paulo não é mais baixo do que Amélia. Débora não é mais alta do que Joaquim.

É correto concluir que:

- a) Amélia é mais alta do que Paulo;
- b) Paulo é mais baixo do que Joaquim;
- c) Débora é mais alta do que Amélia;
- d) Joaquim é mais baixo do que Paulo;
- e) Débora é mais alta do que Paulo.

59. Quatro amigos foram a um show, e um deles entrou sem pagar. Um fiscal quer saber quem foi o penetra.

- Eu não fui, disse Arnaldo.
- Foi o Cernaldo, disse Bernaldo.
- O Dernaldo não tem razão, disse Cernaldo.
- Foi o Bernaldo, disse Dernaldo.

Só um deles mentiu. Quem não pagou a entrada?

- a) Arnaldo.
- b) Bernaldo.
- c) Cernaldo.
- d) Dernaldo.
- e) Impossível determinar.

60. Considere como verdadeiras as sentenças a seguir.

Se Paulo é pedreiro, então Jair é jardineiro.

Se Geraldo não é ginasta, então Jair não é jardineiro.

Se Geraldo é ginasta, então Paulo não é pedreiro.

É correto deduzir que:

- a) Geraldo é ginasta.
- b) Geraldo não é ginasta.
- c) Paulo não é pedreiro.
- d) Paulo é pedreiro.
- e) Jair não é jardineiro.

ECONOMIA*Amanda Aires*

61. Qual das alternativas representa corretamente a relação entre os principais componentes do Produto Interno Bruto (PIB) em um sistema econômico fechado?

- a) $PIB=C+I+G+X-M$
- b) $PIB=C+I-G+X+M$
- c) $PIB=C+I+G$
- d) $PIB=C+G+T$
- e) $PIB=T+G+M$

62. Qual componente faz parte da conta de transações correntes do balanço de pagamentos, conforme definido no Manual do Balanço de Pagamentos (BPM6)?

- a) Investimentos diretos estrangeiros.
- b) Exportações e importações de bens e serviços.
- c) Transferências de capital entre países.
- d) Reservas internacionais mantidas pelo Banco Central.
- e) A compra de títulos públicos por investidores estrangeiros.

FINANÇAS PÚBLICAS*Luciana Marinho*

63. Uma das funções do governo é essencial para mitigar as desigualdades inerentes ao sistema de mercado. O governo atua favorecendo as camadas mais carentes da população, em detrimento das mais ricas. Trata-se da função

- a) alocativa.
- b) social.
- c) equitativa.
- d) distributiva.
- e) estabilizadora.

64. No âmbito do orçamento público, a função que está relacionada à aplicação de políticas econômicas para promover o desenvolvimento econômico, o emprego e a estabilidade de preços, é a

- a) alocativa.
- b) distributiva.
- c) redistributiva.
- d) estabilizadora.
- e) de planejamento.

65. Segundo o art. 34 da Lei no 4.320/1964, o exercício financeiro coincidirá com o ano civil. Trata-se do princípio orçamentário intitulado

- a) anualidade.
- b) universalidade.
- c) temporalidade.
- d) totalidade.
- e) exclusividade.

66. O princípio orçamentário que determina que a LOA de cada ente federado deverá conter todas as receitas e despesas de todos os poderes, órgãos, entidades, fundos e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, é

- a) Exclusividade.
- b) Universalidade.
- c) Entidade.
- d) Legalidade.
- e) Unidade.

- 67.** A Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar nº 101/2000 – impõe, em seu artigo 22, uma série de medidas restritivas para os Poderes e órgãos que ultrapassarem o chamado “limite prudencial”, correspondente a 95% dos limites máximos de despesas de pessoal, constantes dos artigos 19 e 20 do mesmo diploma, calculados em percentuais da receita corrente líquida dos respectivos entes políticos. Dessa forma, são vedados ao Poder ou Órgão incorrido no excesso, exceto:
- a) Revisão geral anual da remuneração e do subsídio dos agentes públicos.
 - b) Criação de cargo ou emprego
 - c) Alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa
 - d) Provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança
 - e) Criação de função
- 68.** Considere as afirmativas a seguir sobre o Orçamento Público no Brasil.
- I. Todas as receitas e despesas constarão da Lei de Orçamento pelos seus totais, vedadas quaisquer deduções.
 - II. É classificada como inversão financeira a constituição ou aumento do capital de entidades ou empresas que visem a objetivos comerciais ou financeiros, inclusive operações bancárias ou de seguros.
 - III. O superavit do Orçamento Corrente resultante do balanceamento dos totais das receitas e despesas correntes constituirá item de receita orçamentária.
- De acordo com a Lei nº 4.320/1964, está correto o que se afirma APENAS em
- a) I
 - b) II
 - c) III
 - d) I e II
 - e) I e III
- 69.** Um determinado deputado, ao examinar o projeto de Lei Orçamentária Anual apresentado pelo Chefe do Poder Executivo, optou por apresentar uma emenda parlamentar totalmente coerente com o plano plurianual e a Lei de Diretrizes Orçamentárias. Todavia, para apresentá-la, deveria ter indicado os recursos necessários. De acordo com a CF/88, esses recursos podem advir da anulação de despesas que digam respeito a:
- a) dotações para despesa com pessoal;
 - b) dotações para o serviço da dívida;
 - c) dotações para investimentos;
 - d) transferências tributárias para outros Estados;
 - e) dotações para encargo de pessoal.
- 70.** No fim do exercício, as despesas orçamentárias empenhadas e não pagas serão inscritas em restos a pagar e constituirão
- a) dívida externa.
 - b) a dívida ativa.
 - c) as despesas de exercícios anteriores.
 - d) os créditos da fazenda pública.
 - e) a dívida flutuante.

DIREITO EMPRESARIAL*Cadu Carrilho*

71. A respeito do exercício de atividade econômica a ser desenvolvido por empresas que desejam se enquadrar no conceito de Microempresa ou de Empresa de Pequeno Porte, o legislador, seguindo o preceito constitucional, elaborou uma legislação específica sobre esse enquadramento. A Lei Complementar estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Marque a opção que está de acordo com as regras legais sobre ME e EPP e que a citada lei se refere:

- a) à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal, ficando de fora os Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.
- b) ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, não incluindo as obrigações acessórias.
- c) ao acesso a crédito e ao mercado, exceto quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, já que as regras licitatórias devem observar normas próprias.
- d) ao cadastro nacional único de contribuintes que se refere a arrecadação, a fiscalização e a cobrança e que poderão ser compartilhadas pelos entes federados.
- e) ao fato de que o Simples Nacional deixou de ser usualmente praticado na realidade do mercado, o que ensejou a revogação da legislação sobre o tema.

72. O nosso sistema admite a aplicação da desconsideração da personalidade jurídica. Sobre esse instituto marque a opção correta:

- a) será aplicada a desconsideração em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo

desvio de finalidade e pela confusão patrimonial, sempre com a congruência das duas situações ocorrendo ao mesmo tempo.

- b) a desconsideração será decretada pelo juiz de ofício ou a requerimento das partes, ou até mesmo do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo.
- c) a aplicação da desconsideração alcança bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso para os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações.
- d) O desvio de finalidade consiste em cumprimento repetitivo pela sociedade de obrigações do sócio ou do administrador ou vice-versa.
- e) A desconsideração inversa é instituto controverso, tendo em vista a sua não previsão legal e ainda discutido pela jurisprudência.

73. As sociedades cooperativas são tipos peculiares e com características próprias que diferenciam esse tipo societário dos demais. São apresentadas características dessas sociedades previstas no Código Civil. Marque a única opção que não é uma característica das sociedades cooperativas:

- a) indivisibilidade do fundo de reserva entre os sócios, ainda que em caso de dissolução da sociedade.
- b) concurso de sócios em número mínimo necessário a compor a administração da sociedade, sem limitação de número máximo.
- c) intransferibilidade das quotas do capital a terceiros estranhos à sociedade, ainda que por herança.
- d) direito de cada sócio a voto nas deliberações de acordo com a sua participação no capital social, qualquer que seja o valor de sua participação.
- e) distribuição dos resultados, proporcionalmente ao valor das operações efetuadas pelo sócio com a sociedade, podendo ser atribuído juro fixo ao capital realizado.

74. A lei de falências e recuperação de empresas aplica-se a alguns tipos de pessoas jurídicas e por tratar-se de processo judicial, possui competência de julgamento estipulado. A respeito desse tema, marque a opção correta:

- a) Aplica-se à recuperação judicial, à recuperação extrajudicial e à falência ao empresário, à sociedade empresária e à sociedade simples, doravante referidos simplesmente como devedor.
- b) Submetem-se à lei de falência as empresas públicas e sociedades de economia mista, quando parte de seu capital for privado.
- c) a lei de falências não se aplica à instituição financeira pública ou privada, cooperativa de crédito, consórcio, entidade de previdência complementar, sociedade operadora de plano de assistência à saúde, sociedade seguradora, sociedade de capitalização e outras entidades legalmente equiparadas às anteriores.
- d) É competente para homologar o plano de recuperação extrajudicial, deferir a recuperação judicial ou decretar a falência o juízo do local da sede do devedor ou da filial de empresa que tenha sede fora do Brasil.
- e) O juízo da falência é divisível e competente para conhecer todas as ações sobre bens, interesses e negócios do falido, ressalvadas as causas trabalhistas, fiscais e aquelas não reguladas nesta Lei em que o falido figurar como autor ou litisconsorte ativo.

DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

75. Sobre a vigência e a revogação das normas jurídicas conforme a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, é correto afirmar que:

- a) A revogação tácita ocorre apenas quando a lei posterior declara expressamente a revogação da anterior.

- b) Durante o período de *vacatio legis*, a norma já é válida, vigente e eficaz, aguardando apenas o início de sua aplicabilidade.
- c) A lei que regula inteiramente a matéria tratada pela norma anterior pode revogá-la, mesmo sem menção expressa.
- d) A repristinação automática de normas revogadas é admitida no ordenamento jurídico brasileiro, independentemente de previsão expressa.
- e) Leis temporárias continuam vigentes mesmo após o término do prazo estabelecido, para garantir sua aplicação retroativa.

76. Sobre as disposições da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro aplicáveis ao Direito Público, é correto afirmar que

- a) As decisões administrativas, judiciais e controladoras devem observar apenas a literalidade da norma jurídica, ignorando as consequências práticas de sua aplicação.
- b) A LINDB permite a aplicação retroativa de normas de Direito Público, desde que isso seja benéfico ao interesse público.
- c) As normas de Direito Público estabelecem que a invalidação de atos administrativos deve ocorrer independentemente de análise sobre as consequências para a administração.
- d) A LINDB obriga o administrador a fundamentar suas decisões em normas específicas, afastando qualquer uso de princípios gerais do Direito.
- e) As decisões administrativas devem levar em conta os obstáculos reais e as dificuldades do gestor público, buscando soluções proporcionalmente adequadas.

77. Sobre a personalidade e sua aplicação no direito civil brasileiro, conforme discutido na aula, é correto afirmar que:

- a) A personalidade jurídica é uma qualidade intrínseca do ser humano e não pode ser atribuída a entes abstratos como pessoas jurídicas.
- b) A teoria natalista, majoritária no Brasil, considera que a personalidade do ser humano se inicia com a concepção, salvo exceções legais.
- c) De acordo com a teoria concepcionista, o nascituro já é considerado pessoa desde a concepção, mas seus direitos dependem do nascimento com vida.
- d) A personalidade jurídica se inicia com o nascimento com vida, mas os direitos do nascituro são reconhecidos desde a concepção, como expectativa de direitos.
- e) A teoria da personalidade condicional sustenta que o nascituro só pode ser titular de direitos patrimoniais, excluindo direitos de personalidade.

78. No que se refere à classificação dos bens no CC/2002, é correto afirmar que:

- a) Os bens incorpóreos são aqueles que possuem existência material, como imóveis e veículos, mas não se consideram tangíveis.
- b) A classificação entre bens corpóreos e incorpóreos é aplicável apenas a bens móveis, sendo irrelevante para bens imóveis.
- c) Os bens considerados *res extra commercium* são aqueles sujeitos à livre circulação no mercado, desde que autorizados por norma jurídica.
- d) As *res nullius lato sensu* incluem bens sem proprietário, como *res derelictae* e bens de uso público.
- e) A distinção entre bens corpóreos e incorpóreos depende exclusivamente de sua apropriação econômica, e não de sua materialidade.

DIREITO PENAL

Renan Araújo

79. Marcelo viajou de férias com a família para Nova York-EUA. Na volta, trouxe diversos aparelhos eletrônicos, relógios, roupas e brinquedos, todos produtos de importação permitida. Para não pagar os impostos devidos pela importação, Marcelo escondeu os produtos em fundos falsos nas malas, passando pela fila de “nada a declarar” no aeroporto de Brasília-DF.

Nesse caso, é correto afirmar que Marcelo praticou o crime de:

- a) Contrabando, sem majoração, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância
- b) Contrabando, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância
- c) Descaminho, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo vedada a aplicação do princípio da insignificância
- d) Descaminho, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância, desde que o valor total dos tributos sonegados, inclusive acessórios, não ultrapasse o valor estabelecido pela Fazenda Nacional como o mínimo para o ajuizamento de uma execução fiscal.
- e) Descaminho, com pena em dobro por ter sido praticado por meio de transporte aéreo, sendo possível a aplicação do princípio da insignificância, desde que o valor total dos produtos não ultrapasse o valor estabelecido pela Fazenda Nacional como o mínimo para o ajuizamento de uma execução fiscal.

80. Mauro sabia que Juliana era sócia-administradora de uma empresa que tinha débitos tributários junto à Secretaria de Fazenda do Município de Porto Alegre-RS. Diante disso, abordou Juliana e solicitou a quantia de R\$ 20.000,00, alegando que poderia convencer o auditor-fiscal Leandro a cancelar o lançamento fiscal relativo aos débitos da empresa de Juliana. Mauro alegou, ainda, que metade do valor (R\$ 10.000,00) seria repassada a Leandro. Mauro, porém, sequer conhecia Leandro e não pretendia exercer qualquer influência sobre ele.

Nessa situação, Mauro deverá responder pelo crime de:

- a) tráfico de influência, sem aumento de pena.
- b) tráfico de influência, com aumento de pena de metade.
- c) corrupção ativa.
- d) Exploração de prestígio, com aumento de pena de metade.
- e) Exploração de prestígio, sem aumento de pena.

BLOCO II

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Emannuelle Gouveia

81. Na segurança da informação, temos princípios importantes que buscamos atingir. Um deles garante que só deverá ter acesso útil aos dados quem tem permissão. Esse é o princípio chamado de:

- a) Confidencialidade
- b) Autenticidade
- c) Não Repúdio
- d) Disponibilidade
- e) Integridade

82. Das letras abaixo, marque aquela que contém características específicas do Set no Python:

- a) mutável e sem valores duplicados.
- b) não ordenado e indexável .
- c) delimitado por colchetes e imutável.
- d) ordenado e imutável.
- e) não ordenado, imutável.

83. No R, o comando ls() é responsável por:

- a) lista arquivos de determinado diretório.
- b) lista os objetos criados no console.
- c) Mostra a estrutura do tópico no R
- d) Documentação do tópico, que pode ser uma função ou um objeto
- e) carrega dados específicos

84. Das letras abaixo marque aquela que NÃO representa uma característica de um banco orientado a Chave-Valor

- a) Sem esquema
- b) rápido tempo de resposta
- c) uso de arestas
- d) Escalabilidade e disponibilidade
- e) Fácil de usar

85. Sobre SQL, analise:

I - Um dos comandos do DML (Data Manipulation Language) é o UPDATE.

II - CREATE e DELETE são comandos da DCL (Data Control Language).

III - Dois comandos do DDL (Data definition Language) são ALTER E DROP.

Está(ão) correta(s), apenas:

- a) I.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I e III.
- e) III.

86. “Os efeitos de uma transação em caso de sucesso devem persistir no banco de dados mesmo em casos de quedas de energia, travamentos ou erros”. Essa é a descrição de uma característica da transação chamada:

- a) Durabilidade.
- b) Atomicidade.
- c) Consistência.
- d) Isolamento.
- e) Variabilidade.

87. Antônio, recém empossado no ISS, foi alocado para um novo projeto de Ciência de Dados. Sua chefia imediata, em reunião inicial, frisou bem a necessidade de que, independentemente de qualquer transformação que seja necessária a aplicação sobre os dados, eles jamais podem perder o sentido do conteúdo inicial que possuíam.

Essa ressalva foi feita baseada em uma premissa do Big Data chamada:

- a) volume
- b) velocidade
- c) variedade
- d) veracidade
- e) valor.

88. Sobre Ingestão de Dados, analise as alternativas a seguir e marque a correta:

- a) A ingestão de dados Full incrementa apenas os novos registros gerados na base de origem
- b) Na ingestão de dados total (full) todos os dados da origem são extraídos e transformados, recarregando os dados antigos e incrementando os novos registros.
- c) A ingestão de dados full e incremental são similares e os termos podem ser usados como sinônimos.
- d) A ingestão de dados incremental carrega todos os dados da origem são extraídos e transformados. Recarregando os dados antigos e incrementando os novos registros.

e) A ingestão de dados incremental tem um maior consumo de tempo, visto a carga ser feita sempre para todo o conjunto de dados.

89. “Infraestrutura de Data Warehouse distribuído de software livre construída sobre o Hadoop para fornecer sumarização, consulta e análise de dados”.

Essa é a definição de qual solução de Big Data listada abaixo:

- a) HIVE
- b) IMPALA
- c) OOZIE
- d) SPARK
- e) SQOOP

90. As árvores de decisão são usadas em tarefas de classificação. Sobre elas é correto afirmar que:

- a) As árvores de decisão não podem gerar regras compreensíveis.
- b) Uma única árvore de decisão normalmente faz grandes previsões e não podem ser combinadas.
- c) As árvores de decisão geralmente não fornecem uma indicação clara de quais campos são mais importantes para predição ou classificação.
- d) várias árvores são frequentemente combinadas em forma de florestas chamadas (Random Forests).
- e) As árvores de decisão nunca estão sujeitas a erros.

91. A análise que é uma abordagem para entender as relações de causa e efeito entre as variáveis e explora como uma variável afeta outras variáveis e tenta explicar por que certos padrões estão ocorrendo nos dados é chamada de:

- a) Descritiva
- b) Exploratória
- c) Explanatória
- d) Diagnóstica
- e) Prescritiva

92. Das letras abaixo marque a que indica uma característica que NÃO é típica de uma tabela fato na modelagem dimensional:

- a) Possuem geralmente uma grande quantidade armazenada de registros ou tuplas
- b) Armazenam medidas/métricas quantitativas (valores ou indicadores)
- c) Expressam, em geral, relacionamentos de 1:N entre as Tabelas Periféricas (Dimensão).
- d) Podem ser desnormalizadas e com hierarquia (decomposições em outras tabelas).
- e) Contêm chaves estrangeiras que correspondem às chaves primárias das Tabelas Dimensão.

93. Sistemas de Recomendação tornaram-se extremamente úteis no mercado corporativo devido ao seu comprovado incremento na efetivação de vendas e a facilitação que gera na navegação do usuário. As duas arquiteturas básicas no uso de Sistemas de Recomendação são :

- a) Filtragem Colaborativa; Indução Funcional.
- b) Baseado em Filtragem; Filtragem Corporativa.
- c) Baseado em Conteúdo; Filtragem Intuitiva.
- d) Indução de Conteúdo; Escolha autônoma.
- e) Baseado em Conteúdo; Filtragem Colaborativa.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Fernando Pedrosa

Acerca de **BPM**, julgue os itens subsequentes.

94. A análise de processos é essencial para avaliar como os processos de negócio estão operando. Sobre esse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) O estado atual dos processos de negócio é chamado de AS-IS (COMO-É ou COMO-ESTÁ) e tem como benefício a compreensão do negócio e seus processos, incluindo seus erros e acertos.

b) O desenho do estado futuro desejado de um processo da organização é chamado TO-BE (COMO-SERÁ), e pode utilizar simulações operacionais para verificar o funcionamento do processo proposto.

c) Tanto para a elaboração de diagramas AS-IS como TO-BE, a principal técnica de modelagem utilizada em BPM é a BPMS (business processes modeling system).

d) Diagramas de AS-IS são elaborados na etapa de modelagem de processos.

e) Diagramas de TO-BE são elaborados na etapa de desenho de processos.

95. Quanto a tipos de Processos de Negócio, assinale a opção correta.

a) Processos Primários, também conhecidos como processos essenciais, finalísticos ou core process, tipicamente são específicos de uma determinada área funcional e agregam valor diretamente para o cliente.

b) Processos de suporte são frequentemente associados a uma área funcional específica e entregam valor a outros processos e não diretamente a clientes.

c) Processos de gerenciamento agregam valor diretamente a clientes na forma de medição, monitoramento e controle de atividades.

d) Processos de Recursos Humanos, Marketing e Tecnologia da Informação são exemplos associados a Processos Primários.

e) Processos de avaliação pedagógica, controle de projetos e desempenho de funcionários, entre outros, são exemplos de Processos de Suporte.

96. Sobre Modelagem de Processos, assinale a alternativa que representa corretamente a ordem de quantidade e complexidade de informações contidas nos elementos de modelagem, do menor nível de complexidade ao maior nível de complexidade.

- a) Diagrama de Processos, Mapa de Processos, Modelo de Processos.
- b) Mapa de Processos, Diagrama de Processos, Modelo de Processos.
- c) Modelo de Processos, Diagrama de Processos, Mapa de Processos.
- d) Diagrama de Processos, Modelo de Processos, Mapa de Processos.
- e) Mapa de Processos, Modelo de Processos, Diagrama de Processos.

Acerca de **BPMN**, julgue os itens subsequentes.

97. "Mostra a comunicação entre dois participantes".

De acordo com BPMN 2.0, essa é a definição de:

- a) Fluxo de sequência
- b) Associação
- c) Fluxo de mensagem
- d) Raias
- e) Gateways

98. "Representa coisas que acontecem ao longo de um processo ou de uma coreografia, podendo ser inicial, intermediário ou final". De acordo com BPMN 2.0, essa é a definição de:

- a) Mensagem
- b) Evento
- c) Atividade
- d) Gateway
- e) Fluxo

99. De acordo com os elementos do BPMN 2.0, Eventos, Atividades e Gateways são:

- a) Objetos de Fluxo
- b) Dados
- c) Objetos de Conexão
- d) Partições
- e) Artefatos

100. Sobre elementos diversos da notação BPMN 2.0, assinale a opção correta.

- a) Grupos podem ser utilizados para agregar comentários ao processo ou a um elemento.
- b) Piscinas (Pools) são Subpartições de Raias que definem o responsável por cada processo.
- c) O Armazenamento de Dados (Data Store) representa uma variável disponível como resultado de execução de um processo completo.
- d) O fluxo de Mensagem representa a sequência de atividades.
- e) Dado de entrada representa uma variável externa ao processo que pode ser lida por uma atividade.

DIREITO TRIBUTÁRIO*Fernando Maurício*

101. Em relação aos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Impostos são tributos cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte.
- II-) Os serviços públicos são considerados específicos quando suscetíveis de utilização, separadamente, por parte de cada um dos seus usuários.
- III-) As taxas podem ser cobradas apenas em razão de efetivo serviço público prestado diretamente ao contribuinte.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

102. Conforme dispõe o Código Tributário Nacional, assinale a alternativa incorreta a respeito da contribuição de melhoria:

- a) pode ser cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições.
- b) é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária.
- c) sua receita está vinculada à obra pública realizada.
- d) possui como limite total a despesa realizada.
- e) possui como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado.

103. A respeito dos Conceitos e Classificação dos Tributos, julgue os itens a seguir:

- I-) Um tributo é considerado extrafiscal quando a Lei que o cria nomeia outra pessoa jurídica para ser sujeito ativo, e destina-lhe os recursos arrecadados.
- II-) Os impostos somente podem ser cobrados mediante atividade plenamente vinculada, apesar de, em regra, ser vedada a destinação do produto de sua arrecadação a finalidade específica.
- III-) Compete à União instituir nos Territórios Federais os impostos atribuídos aos Estados, e se eles não forem divididos em Municípios, também competirá à União a instituição dos impostos municipais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

104. Conforme prevê a Constituição Federal, alguns tributos só podem ser instituídos através de Lei Complementar. É o que alguns juristas denominam de Reserva de Lei Complementar. Exige Lei Complementar para a sua instituição os tributos abaixo, exceto:

- a) Empréstimos Compulsórios.
- b) Impostos Extraordinários de Guerra.
- c) Impostos Residuais.
- d) Contribuições Residuais.
- e) Imposto sobre Grandes Fortunas.

105. A União alugou um imóvel de sua propriedade a uma pessoa jurídica de direito privado XYZ, para que esta exerça atividade econômica com fins lucrativos, no local do imóvel. Com os valores recebidos do aluguel, a união financia suas atividades institucionais.

Em relação à cobrança de Imposto sobre Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) do imóvel, assinale a afirmativa correta.

- a) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel alugado, tendo em vista a imunidade concedidas à União.
- b) É vedada a cobrança do IPTU do imóvel, tendo em vista que a União é isenta do pagamento do IPTU de imóveis de sua propriedade.
- c) O IPTU é devido e a União, contribuinte do imposto, deve realizar o pagamento.
- d) O IPTU não é devido, uma vez que a União não é sujeito passivo de nenhum tributo.
- e) O IPTU é devido e a pessoa jurídica de direito privado é a responsável tributária e quem deve realizar o pagamento.

106. Em relação aos impostos de Competência dos Estados, julgue os itens a seguir:

- I-) Cabe à Resolução do Senado Federal estabelecer as alíquotas máximas do ITCMD - Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação.
- II-) Resolução do Senado Federal poderá estabelecer as alíquotas internas mínimas do ICMS.
- III-) Salvo deliberação em contrário dos Estados e do Distrito Federal, as alíquotas internas, nas operações relativas à circulação de mercadorias e nas prestações de serviços, não poderão ser superiores às previstas para as operações interestaduais.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

107. Em relação à Repartição das Receitas Tributárias, assinale a alternativa incorreta:

- a) 50% do produto da arrecadação do IPVA é repartido aos Municípios.
- b) 50% do produto da arrecadação do ITR é repartido aos Municípios que optarem pela fiscalização e cobrança deste Imposto.
- c) 29% do produto da arrecadação da CIDE-Combustíveis é repartido aos Estados.
- d) Pertencerá aos Municípios 70% do IOF sobre o ouro quando considerado Ativo Financeiro ou Instrumento Cambial.
- e) Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal 20% do produto da arrecadação dos impostos que a União instituir no uso de sua competência residual.

108. Com relação à responsabilidade tributária, analise as afirmativas a seguir.

- I-) No caso de hasta pública de bem imóvel, os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis se sub-rogam sobre o respectivo preço.
- II-) Encerrado o inventário com a partilha de bens, eventual débito, posteriormente aferido, não poderá mais ser cobrado do espólio e dos herdeiros.
- III-) A empresa sucessora, resultante de fusão, é responsável pelos tributos devidos pela sucedida e pelas multas de mora e punitiva.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

109. Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.

II-) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

III-) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

110. Segundo a Constituição Federal de 1988, cabe a qual meio normativo dispor sobre conflitos de competência, em matéria tributária, entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios?

- a) Lei Ordinária.
- b) Emenda Constitucional.
- c) Lei Complementar.
- d) Decreto Legislativo.
- e) Dispositivo Constitucional.

111. Com relação ao lançamento tributário, analise os itens a seguir:

I-) Compete privativamente à autoridade administrativa constituir o crédito tributário pelo lançamento.

II-) O lançamento é um procedimento administrativo tendente a verificar a ocorrência do fato gerador da obrigação correspondente.

III-) A entrega de declaração pelo contribuinte reconhecendo débito fiscal constitui o crédito tributário, dispensada qualquer outra providência por parte do fisco

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) I e III, apenas.
- e) I, II e III.

112. Com relação à CBS - Contribuição sobre Bens e Serviços, inserida na Constituição Federal pela Reforma Tributária, julgue os itens a seguir:

I-) A CBS poderá ter sua alíquota fixada em lei ordinária.

II-) A CBS integrará sua própria base de cálculo.

III-) Lei complementar disporá sobre regime específico de tributação da CBS para combustíveis e lubrificantes, em que o tributo incidirá uma única vez, qualquer que seja a sua finalidade.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) I e III, apenas.

113. Em relação à moratória, julgue os itens a seguir:

- I-) A moratória em caráter individual somente pode ser concedida por despacho da autoridade administrativa, desde que autorizada por lei.
- II-) A lei concessiva de moratória pode circunscrever expressamente a sua aplicabilidade à determinada região do território da pessoa jurídica de direito público que a expedir, ou a determinada classe ou categoria de sujeitos passivos.
- III-) A concessão da moratória em caráter geral gera direito adquirido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

114. Em relação à exclusão do Crédito Tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante.
- II-) A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa.
- III-) A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

115. A sociedade empresária ABDY Ltda. teve sua falência decretada, tendo dívidas de obrigação tributária principal relativas a tributos e multas, dívidas decorrentes de acidente de trabalho, bem como dívidas com garantia real. Diante desse cenário, assinale a afirmativa correta.

- a) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre as dívidas com garantia real.
- b) A dívida decorrente de acidente de trabalho tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- c) O crédito tributário decorrente de multas tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.
- d) O crédito relativo às multas tem preferência sobre o crédito tributário de obrigação principal.
- e) O crédito tributário de obrigação principal tem preferência sobre a dívida decorrente de acidente de trabalho.

116. Sobre as garantias e os privilégios do crédito tributário, julgue os itens a seguir:

- I-) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário não altera a natureza deste nem a da obrigação tributária a que corresponda.
- II-) Desde que ocorra a regular inscrição em dívida ativa, e não sendo reservados bens ao pagamento desta dívida, presume-se como fraudulenta a alienação de bens realizada pelo sujeito passivo que esteja em débito com a fazenda pública.
- III-) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

117. A respeito da Dívida Ativa e da Certidão Negativa, julgue os itens a seguir:

I-) A dívida tributária, ainda que não inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

II-) A presunção de certeza e liquidez da dívida ativa regularmente inscrita é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do sujeito passivo ou do terceiro a que aproveite.

III-) A lei poderá exigir que a prova da quitação de determinado tributo, quando exigível, seja feita por certidão negativa, expedida à vista de requerimento do interessado, que contenha todas as informações necessárias à identificação de sua pessoa, domicílio fiscal e ramo de negócio ou atividade e indique o período a que se refere o pedido.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) II e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

118. A respeito da Fiscalização, conforme dispõe o CTN, julgue os itens a seguir:

I-) Para os efeitos da legislação tributária, não têm aplicação quaisquer disposições legais excludentes ou limitativas do direito de examinar livros fiscais, dos comerciantes industriais ou produtores, ou da obrigação destes de exibi-los.

II-) É vedada a divulgação de informações relativas a representações fiscais para fins penais.

III-) Não é vedada a divulgação de informações relativas a parcelamentos.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) I, II e III.
- e) I.

119. Conforme dispõe o Constituição Federal, com redação dada pela EC 132/2023 (Reforma Tributária), são características do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços, **exceto**:

a) Incidirá sobre operações com bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou com serviços.

b) Incidirá sobre a importação de bens materiais ou imateriais, inclusive direitos, ou de serviços realizada por pessoa física ou jurídica, ainda que não seja sujeito passivo habitual do imposto, qualquer que seja a sua finalidade.

c) Não incidirá sobre as exportações, assegurados ao exportador a manutenção e o aproveitamento dos créditos relativos às operações nas quais seja adquirente de bem material ou imaterial, inclusive direitos, ou serviço.

d) Será instituído por meio de Lei Complementar Federal.

e) Terá suas alíquotas fixadas por meio de Lei Complementar Federal.

120. Segundo dispõe a Constituição Federal de 1988, analise os itens a seguir:

I-) Editar regulamento único e uniformizar a interpretação e a aplicação da legislação do IBS – Imposto sobre Bens e Serviços.

II-) Arrecadar o IBS, efetuar as compensações e distribuir o produto da arrecadação entre Estados, Distrito Federal e Municípios.

III-) decidir o contencioso administrativo relativo ao IBS.

São competências administrativas do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

CONTABILIDADE*Marcondes Fortaleza*

121. A partir do que dispõe o CPC 00 (R2), que trata da Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, marque V para verdadeiro ou F para falso de acordo com as disposições da referida norma.

() Relatórios financeiros para fins gerais destinam-se a apresentar o valor da entidade que reporta, fornecendo informações para auxiliar investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes e potenciais, a estimar o valor da entidade que reporta.

() As demonstrações contábeis fornecem informações sobre transações e outros eventos observados do ponto de vista específico de investidores, credores por empréstimos e outros credores, existentes ou potenciais, da entidade.

() Se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.

() Um recurso econômico é um direito que tem o potencial de produzir benefícios econômicos. Para que esse potencial exista, precisa ser certo ou provável que esse direito produzirá benefícios econômicos.

A sequência está correta em

- a) V, F, F, V.
- b) F, V, V, F.
- c) V, V, V, V.
- d) V, F, V, V.
- e) F, F, V, F.

122. Apresentamos as contas e saldos constantes do balancete de verificação da Cia. MAVIFOR, em 31.12.20:

Adiantamento de Clientes	R\$ 160,00
Adiantamento a Diretores	R\$ 180,00
Adiantamento a Fornecedores	R\$ 200,00
Aluguéis Ativos a Receber	R\$ 100,00
Aluguéis Ativos a Vencer	R\$ 120,00
Caixa	R\$ 220,00
Capital Social	R\$ 1.200,00
Clientes	R\$ 460,00
Depreciação Acumulada	R\$ 150,00
Fornecedores	R\$ 500,00
Móveis e Utensílios	R\$ 1.000,00
Prejuízos Acumulados	R\$ 120,00
Ajuste de Avaliação Patrimonial	R\$ 1.500,00

Com as contas listadas, a Cia. MAVIFOR elaborou o Balanço Patrimonial, cujo grupo Ativo tem o valor de

- a) R\$ 1.810,00
- b) R\$ 1.850,00
- c) R\$ 1.970,00
- d) R\$ 2.010,00
- e) R\$ 2.170,00

123. Marque a alternativa incorreta sobre a Demonstração dos Fluxos de caixa:

- a) A DFC indicará as alterações ocorridas, durante o exercício, no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregando-se essas alterações em, no mínimo, 3 (três) fluxos: das operações, dos investimentos e dos financiamentos.
- b) A companhia aberta com patrimônio líquido, na data do balanço, inferior a R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) não será obrigada à elaboração e publicação da demonstração dos fluxos de caixa.
- c) Equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.
- d) Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade.
- e) Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e, não, para investimento ou outros propósitos.

124. A companhia MAVIFOR Ltda comprou um equipamento pelo valor de R\$ 90.000,00 que, acrescido de despesas de frete, seguro e instalação, totaliza R\$ 107.500,00. A vida útil calculada para esse maquinário foi de 15 anos, e o valor residual do bem foi estimado em R\$ 7.500,00. A data da aquisição e instalação do equipamento foi em 1º de abril de 2020. A despesa de depreciação calculada e contabilizada, para efeito societário, no ano de 2020, considerando hipoteticamente a data de encerramento do exercício em 31/12, em reais, foi de:

- a) 5.000,00
 b) 3.333,33
 c) 5.500,00
 d) 6.666,66
 e) 10.000,00

Com base no balanço patrimonial, hipotético, apresentado a seguir, responda à questão de número **125**.

Balanço patrimonial findo em 31.12.2019			
Ativo Circulante		Passivo Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	75.000,00	Fornecedores	90.000,00
Aplicações financeiras	125.000,00	Salários a pagar	60.000,00
Contas a receber	175.000,00	Empréstimos bancários	20.000,00
Provisão para devedores de liquidação duvidosa	(10.000,00)	IRPJ E CSLL a recolher	45.400,00
Estoques de mercadorias	140.000,00	Impostos e contribuições a recolher	175.000,00
Adiantamentos diversos	12.500,00	Contas a pagar	35.000,00
Impostos a Recuperar	140.000,00	Total dos passivos circulantes	425.400,00
Total dos ativos circulantes	657.500,00		
Ativo não circulante		Passivo não circulante	
Titulos a Receber	70.000,00	Contingências trabalhistas	84.500,00
Depósitos Judiciais	22.500,00	Total dos passivos não circulantes	84.500,00
Ativo Imobilizado	190.000,00		
Depreciação/Amortização acumuladas	(40.000,00)	Patrimônio líquido	
Ativos Intangíveis	50.000,00	Capital	300.000,00
Total dos ativos não circulantes	292.500,00	Reserva Legal	7.500,00
		Reserva de Lucros	132.600,00
		Total patrimônio líquido	440.100,00
Total dos ativos	950.000,00	Total dos passivos	950.000,00

125. Indique o valor, em Reais, do índice de liquidez corrente, com apenas dois dígitos e considerando critério de arredondamento.

- a) 0,95
 b) 1,05
 c) 1,55
 d) 1,44
 e) 1,38

CONTABILIDADE PÚBLICA*Gilmar Possati*

126. Segundo a NBC TSP 34/2021, “compreende o modelo de gerenciamento de custos, o sistema de informação de custos e a definição de funções e responsabilidades organizacionais com o intuito de gerar informações de custos como instrumento de governança pública”. Essa é a definição de:

- a) Valor público.
- b) Sistema de custos.
- c) Sistema de acumulação.
- d) Modelo de gerenciamento de custos.
- e) Objeto de custo.

127. Durante o exercício de 20X4, a Prefeitura Municipal de Audazes dos Pampas arrecadou R\$ 5.700.000,00 relativos a valor cobrado de seus servidores, para o custeio, em benefício destes, de regimes de previdência de caráter contributivo e solidário. Considerando o que estabelece o Manual de Contabilidade Pública e a Lei Federal nº 4.320/1964, os valores em questão deverão ser reconhecidos como Receita:

- a) Tributária.
- b) Patrimonial.
- c) De Contribuições.
- d) De Serviços.
- e) De Transferências.

128. As opções a seguir descrevem entidades que estão dentro do campo de aplicação da Contabilidade Aplicada ao Setor Público, exceto:

- a) Autarquias
- b) Consórcios Públicos
- c) Tribunais de Contas
- d) Organizações Não Governamentais
- e) Estatais Dependentes

129. Analise as informações a seguir extraídas da contabilidade do Município Audazes dos Pampas:

Contas	Saldos (R\$)
Ativo Circulante	72.000,00
Ativo Não Circulante	108.000,00
Atos Potenciais Passivos	20.000,00
Ativo Financeiro	54.000,00
Passivo Não Circulante	102.000,00
Patrimônio Líquido	18.000,00
Ativo Imobilizado	36.000,00

Com base apenas nos saldos acima descritos, é possível concluir que o total do grupo Passivo Circulante é igual a:

- a) R\$ 6.000,00.
- b) R\$ 42.000,00.
- c) R\$ 60.000,00.
- d) R\$ 81.000,00.
- e) R\$ 90.000,00.

130. Com base na estrutura da Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP), assinale a alternativa que apresenta um exemplo de variação que impacta positivamente o resultado patrimonial do exercício

- a) Incorporação de Passivos
- b) Transferências e Delegações Concedidas.
- c) Benefícios Previdenciários e Assistenciais.
- d) Uso de Bens
- e) Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria.

AUDITORIA*Tonyvan Carvalho*

131. Em um trabalho de auditoria, ao analisar a conta de despesas com pessoal para fins de controle e acompanhamento dos limites fiscais impostos a esse tipo de despesa, um auditor verificou que despesas com contratação de serviços terceirizados com mão de obra em regime de dedicação exclusiva foram indevidamente consideradas como despesa de pessoal. Nesse caso, a conta de despesas com pessoal deve:

- a) passar pelos testes principal e secundário de avaliação de saldos;
- b) passar por procedimentos de revisão analítica a cada quadrimestre;
- c) ser analisada em testes secundários para verificação do cumprimento do respectivo limite;
- d) ser submetida a teste principal para superavaliação;
- e) ter seu saldo registrado como evidência de fraude fiscal.

132. De acordo com a NBC TA Estrutura Conceitual - Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração, assinale a opção que apresenta os riscos do trabalho que não dependem diretamente do auditor independente.

- a) Inerente e de controle.
- b) Inerente e de detecção.
- c) de avaliação e de controle.
- d) de detecção e de mensuração.
- e) de mensuração e de avaliação.

133. Quando a auditoria envolver a necessidade de análise de saldos bancários e a busca de informações a correntistas, geralmente há uma maior probabilidade de resposta se estes acreditarem que o saldo de sua conta esteja subavaliado, e menor, se acreditarem que o saldo esteja superavaliado. Nessa situação, se a solicitação de informações é feita pelo auditor para o correntista somente no caso de discordância das informações fornecidas na solicitação, trata-se, então, do procedimento de auditoria denominado

- a) indagação.
- b) procedimentos analíticos.
- c) confirmação positiva.
- d) inspeção
- e) confirmação negativa.

134. No que se refere à confiabilidade, a evidência da auditoria

- a) obtida de fontes externas às partes apropriadas é menos confiável que a evidência obtida das próprias partes.
- b) informal, como uma representação verbal do que foi discutido, é geralmente mais confiável do que a evidência formal.
- c) é sempre mais confiável quando for obtida de fontes internas à entidade auditada.
- d) gerada internamente é mais confiável quando os controles relacionados são efetivos.
- e) obtida indiretamente pelo auditor independente é geralmente mais confiável que a evidência obtida diretamente.

135. Nos trabalhos de auditoria, pode ser necessário adotar um processo de amostragem estatística, que garante a aleatoriedade da seleção dos elementos que irão compor a amostra, de modo a se obter uma amostra representativa da população e isenta de vieses. Diante da necessidade de obtenção de amostra sorteada de uma população com base em um intervalo fixo de seleção, após um ponto de partida ser aleatoriamente selecionado, deve-se realizar o procedimento de amostragem aleatória:

- a) simples;
- b) sistemática;
- c) estratificada;
- d) por conglomerados;
- e) clássica de variáveis.

136. De acordo com a NBC TA 501 – Evidência de Auditoria– Considerações Específicas para Itens Selecionados, a inspeção do estoque, ao acompanhar a sua contagem física, ajuda o auditor a

- a) observar o cumprimento das instruções da administração em relação ao ciclo operacional.
- b) identificar estoques obsoletos, danificados ou sem movimentação.
- c) verificar a adequação das políticas de compra e venda praticadas.
- d) determinar o método de custeio mais eficiente para o controle do estoque.
- e) averiguar sobre a diferença de preços praticados pela administração.

137. De acordo com a NBC TA 700, auditor independente deve expor a sua conclusão sobre a adequação das demonstrações financeiras de uma empresa auditada, com base na auditoria realizada, no relatório de auditoria, na

- a) seção de responsabilidade da administração e do auditor.
- b) seção de opinião.
- c) seção de base para opinião qualificada.
- d) seção outros assuntos.
- e) seção de ênfase.

138. De acordo com a NBC TA 300 (R1) – Planejamento da Auditoria de Demonstrações Contábeis, o planejamento da auditoria envolve a definição de estratégia global para o trabalho e o desenvolvimento de plano de auditoria. A responsabilidade sobre o plano de auditoria é

- a) da administração da entidade, que deve explicar os elementos do planejamento ao auditor, de forma a melhorar a qualidade dos resultados obtidos.
- b) do auditor e da administração da entidade que, no entanto, devem evitar discutir os elementos do planejamento, de modo a não comprometer a independência.
- c) do auditor e da administração da entidade, que devem discutir os elementos do planejamento, de forma a melhorar a qualidade dos resultados obtidos.
- d) do auditor, que deve abster-se de discutir os elementos do planejamento com a administração da entidade, de modo a não comprometer a eficácia dessa auditoria.
- e) do auditor, que pode optar por discutir os elementos do planejamento com a administração da entidade, de forma a facilitar a condução e o gerenciamento do trabalho de auditoria.

139. Durante um trabalho de auditoria das demonstrações contábeis de uma entidade, um auditor identificou um risco de distorção relevante no nível de afirmações e determinou que tal risco é significativo. Nesse caso, o auditor deve

- a) aumentar o volume e a extensão dos testes de controle.
- b) avaliar se o risco identificado é inerente ou residual.
- c) emitir uma opinião modificada exceto pelo risco identificado.
- d) executar procedimentos substantivos que respondam especificamente a esse risco.
- e) redefinir o nível de asseguarção para limitada, quando da emissão do relatório.

140. De acordo com a NBC TA 200 (R1) – Objetivos Gerais do Auditor Independente e a Condução da Auditoria em Conformidade com Normas de Auditoria, quando o trabalho de auditoria é de interesse público e, portanto, exigido pelo Código de Ética Profissional do Contabilista e pelas normas profissionais do CFC, exige-se que o auditor seja independente da entidade sujeita a auditoria. A independência do auditor frente à entidade caracteriza-se principalmente por

- a) tornar os resultados do trabalho do auditor mais ágeis e objetivos.
- b) possibilitar que o auditor detecte ocorrências de fraude e de erro com mais precisão.
- c) aprimorar a capacidade do auditor de atuar com maior rigor, consistência e transparência.
- d) salvaguardar a capacidade do auditor de formar opinião de auditoria sem ser afetado por influências que poderiam comprometer essa opinião.
- e) proporcionar um relatório do auditor mais próximo da realidade, onde a essência econômica é levada em consideração, em detrimento à forma jurídica.

LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL

Rafael Henze

141. Conforme o Código Tributário do Município de Porto Alegre (CTM) e a legislação correlata, sobre a incidência do ISSQN, é correto afirmar que:

- a) A incidência do ISSQN sobre serviços depende de a atividade ser realizada de forma contínua e preponderante pelo prestador.
- b) O ISSQN incide sobre a prestação de serviços constantes na lista anexa, independentemente do resultado financeiro obtido
- c) O ISSQN não incide sobre serviços cuja prestação se tenha iniciado no exterior do país, ainda que o resultado ocorra no Brasil.
- d) Serviços relacionados à locação de bens móveis estão sujeitos ao ISSQN, mesmo sem a inclusão de prestação de serviços adicionais.
- e) A prestação de serviços realizada fora do município não pode ser tributada pelo ISSQN, ainda que o tomador esteja domiciliado no território do município.

142. Nos termos do Código Tributário do Município de Porto Alegre, é solidariamente responsável pelo recolhimento do ISSQN:

- a) O tomador de serviços tributados neste Município, prestados por pessoa jurídica, mesmo com a emissão de documento fiscal.
- b) O tomador dos serviços de fornecimento de mão-de-obra, tipificados no subitem 17.05 da lista anexa ao CTM de POA, sempre que prestado por pessoa jurídica sediada no Município de Porto Alegre e sem a comprovação do pagamento do imposto devido.
- c) O tomador dos serviços de vigilância, segurança ou monitoramento de bens, tipificados no subitem 11.02 da lista anexa ao CTM de POA, sempre que prestado por pessoa jurídica sediada fora Município de Porto Alegre e sem a comprovação do pagamento do imposto devido.
- d) O proprietário de imóvel onde forem realizados serviços, independentemente da emissão de documento fiscal.
- e) O tomador de serviços, pessoa física, pelos serviços tomados de vigilância, segurança ou monitoramento de bens, tipificados no subitem 11.02 da lista anexa ao CTM de POA, por serviços tributados neste Município, sempre que prestados por pessoa jurídica sediada no município de Porto Alegre, mas sem a comprovação do pagamento do imposto devido.

143. De acordo com o Código Tributário do Município de Porto Alegre, sobre as isenções do IPTU, é correto afirmar que:

- a) Estão isentos do IPTU os imóveis pertencentes a entidade educacional com fins lucrativos, quando coloque à disposição do município 2,5% de suas matrículas para concessão de bolsas a estudantes pobres.
- b) Os imóveis de propriedade de empresas editoras de jornais, de televisão e rádio, emissoras que tenham instalações e desenvolvam atividades permanentes em Porto Alegre desde que

publiquem, gratuitamente, editais e outros fatos de interesse dos Órgãos Executivos, Judiciários e Legislativos do Município.

- c) Sedes de Partidos Políticos desde que próprias.
- d) Aposentados, inativos e pensionistas, titulares de previdência oficial em caráter permanente e pessoas com deficiência cuja renda seja igual ou inferior a 3 (três) salários-mínimos nacionais, proprietários de um único imóvel com valor venal de até 100.000 (cem mil) UFGs, sendo que o imóvel cujo valor venal seja superior ao limite estabelecido será tributado apenas pelo valor que o exceder.
- e) O estádio de futebol, o estacionamento e a área de imprensa respectiva utilizados regularmente por clube de futebol profissional independente da finalidade lucrativa.

144. De acordo com o artigo 156 § 1º da Constituição Federal de 1988 além da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4º, inciso II a progressividade do IPTU pode ser estabelecida com base:

- a) Na densidade populacional da região onde o imóvel está localizado.
- b) Na destinação do imóvel, aplicando-se alíquotas maiores para imóveis comerciais.
- c) No valor venal do imóvel, por meio do incremento das alíquotas.
- d) Na renda do proprietário do imóvel, determinando alíquotas progressivas conforme a capacidade econômica do contribuinte.
- e) No número de imóveis pertencentes ao mesmo proprietário, aplicando-se alíquotas crescentes para cada imóvel adicional.

145. De acordo com a legislação aplicável ao ITBI em Porto Alegre, qual das alternativas abaixo corresponde a um caso de **não incidência** do imposto?

- a) Na transmissão de bens imóveis por usucapião.
- b) Na transmissão da propriedade plena mediante compra e venda.
- c) Na cessão de direitos do contrato de compra e venda.
- d) Na desincorporação de bens ou dos direitos anteriormente transmitidos ao patrimônio de pessoa jurídica, em realização de capital, para pagamento de dívidas tributárias.
- e) Na cessão do contrato de promessa de compra e venda que esteja registrada no Cartório de Registro de Imóveis.

146. De acordo com a Lei Complementar nº 928/2021, o contribuinte será classificado, de ofício, pela Receita Municipal (RM) em categorias baseadas em sua regularidade tributária. Qual das alternativas abaixo contém corretamente as categorias mencionadas?

- a) A+, A, B, C, E, NC
- b) A, B, C, D, NC
- c) A+, A, B, C, D, NC
- d) A+, B, C, D, E, NC
- e) A, B, C, D, E

147. De acordo com a Lei Complementar nº 928/2021, qual dos seguintes **não é** um princípio do Programa Municipal de Estímulo à Conformidade Tributária - Em Dia com Porto Alegre?

- a) Segurança jurídica.
- b) Publicidade e transparência.
- c) Concorrência leal entre os agentes econômicos.
- d) Simplificação e modernização do sistema tributário municipal.
- e) Legalidade

148. De acordo com o Decreto nº 21.479/2022, qual das seguintes condições não figura como critério para a classificação tributária dos contribuintes?

- a) Cumprimento das obrigações tributárias principais
- b) Emissão regular de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFSE)
- c) Recolhimento mensal do ISSQN acima de 10.000 UFMs
- d) Participação em programas de inovação tecnológica
- e) Não possuir dívida ativa não negociada

149. Das taxas listadas abaixo, quatro estão previstas no Código Tributário Municipal (CTM) de Porto Alegre, enquanto uma não está. Assinale a alternativa que contém a taxa que **não existe** no CTM de Porto Alegre:

- a) Taxa de Coleta de Lixo
- b) Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental
- c) Taxa de Fiscalização de Abertura do Pavimento das Vias Públicas e das Calçadas
- d) Taxa de Fiscalização de Estabelecimentos
- e) Taxa de Aprovação e Licença de Parcelamento do Solo, Edificações e Obras

150. De acordo com a Lei Complementar nº 113/1984, a Taxa de Coleta de Lixo (TCL) é devida:

- a) Pelo proprietário ou possuidor apenas de imóveis edificados no município.
- b) Pelo proprietário, titular do domínio útil ou possuidor de imóveis, beneficiados potencial ou efetivamente pelos serviços de coleta, remoção e destinação de lixo.
- c) Apenas por imóveis comerciais que gerem resíduos superiores a 30 litros diários.
- d) Por qualquer imóvel localizado na zona urbana do município, independentemente de inscrição no Cadastro Imobiliário.
- e) Exclusivamente por pessoas jurídicas que utilizem serviços públicos de coleta de lixo extraordinário.

151. De acordo com o disposto na Lei Complementar nº 534/2005 e no Decreto nº 15.110/2006, sobre a composição do Tribunal Administrativo de Recursos Tributários (TART) do Município de Porto Alegre, assinale a alternativa correta:

- a) O TART é composto por 14 Conselheiros titulares, sendo 10 representantes do Erário Municipal e 4 dos contribuintes, além de seus respectivos suplentes.
- b) Os Conselheiros representantes do Erário devem ser exclusivamente servidores ativos e estáveis da Secretaria Municipal da Fazenda.
- c) Cada Câmara do TART é composta por 4 membros representantes do Erário e 3 representantes dos contribuintes.
- d) O mandato dos Conselheiros do TART é de 3 anos, admitida a recondução por igual período.
- e) A indicação dos Conselheiros representantes dos contribuintes é feita exclusivamente pelo Prefeito Municipal.

152. De acordo com a Lei Complementar nº 534/2005, sobre as deliberações do TART, é correto afirmar que:

- a) As deliberações do TART dependem de homologação do Prefeito Municipal para produzir efeitos.
- b) As decisões do TART devem observar a estrita legalidade e os preceitos constitucionais, atuando com independência, imparcialidade e isenção.
- c) O TART pode ignorar dispositivos legais no julgamento de casos concretos, desde que seja garantida a justiça tributária.
- d) As deliberações do TART são vinculadas às orientações da Secretaria Municipal da Fazenda.
- e) A competência do TART é limitada à apreciação de questões fiscais relacionadas ao ISSQN.

153. De acordo com a Lei Complementar nº 687/2012, sobre a geração e utilização de créditos vinculados à Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFSE), qual alternativa está correta?

- a) O tomador de serviços poderá indicar uma entidade beneficiada qualquer, sem necessidade de cadastro prévio.
- b) O crédito gerado será atualizado monetariamente, conforme índice oficial de correção.
- c) Apenas pessoas físicas podem ser beneficiárias dos créditos gerados pela NFSE.
- d) O valor do crédito gerado para o tomador de serviços será limitado a 10% do ISSQN correspondente
- e) As informações constantes na NFSE emitida tem caráter declaratório e constituem confissão irretratável de dívida do ISSQN.

154. De acordo com a Instrução Normativa SMF nº 09/2014, quais prestadores de serviços estão excluídos da obrigatoriedade de emissão da Nota Fiscal de Serviços Eletrônica (NFSE)?

- a) Prestadores de serviços de transporte coletivo de passageiros.
- b) Empresas de pequeno porte optantes pelo Simples Nacional.
- c) Profissionais autônomos, apenas se prestarem serviços para pessoas jurídicas.
- d) Prestadores de serviços de diversões públicas.
- e) Prestadores de serviços de publicidade e propaganda.

155. Nos termos da Lei Complementar nº 07/1973, quanto às infrações tributárias, é incorreto afirmar:

- a) O infrator estará sujeito a multa de 75% sobre o tributo devido se deixar de pagar tributos cujo lançamento seja por homologação.
- b) Será aplicada multa de 150% ao infrator que não recolher o imposto retido na fonte.
- c) As penalidades previstas poderão ser aplicadas em dobro nos casos de reincidência ou prática de atos dolosos ou de má-fé.
- d) A multa de mora sobre créditos vencidos de ISSQN será de 10%, independentemente do prazo de vencimento.
- e) As multas por descumprimento de obrigações acessórias não eximem o sujeito passivo do pagamento do tributo devido.

156. O Secretário Municipal da Fazenda não recorrerá de ofício ao Tribunal Administrativo de Recursos Tributários, de sua decisão favorável, a pedido de:

- a) isenção
- b) reconhecimento de imunidade
- c) restituição de tributos e respectivos ônus
- d) cancelamento de lançamento, cujo valor esteja inscrito em dívida ativa
- e) parcelamento

157. De acordo com a Lei Complementar nº 530/2005, sobre o Programa Municipal de Apoio e Promoção do Esporte (PROESPORTE), é correto afirmar que:

- a) O PROESPORTE é coordenado pelo Conselho Municipal do Desporto (CMD), responsável também pela execução operacional.
- b) O contribuinte pode integrar o PROESPORTE independentemente de sua situação fiscal perante a Secretaria Municipal da Fazenda.
- c) O incentivo fiscal no âmbito do PROESPORTE é aplicável ao ISSQN e ao IPTU, limitado a 40% do imposto devido.
- d) As contas prestadas pelos beneficiários devem ser apresentadas exclusivamente à SME (Secretaria Municipal de Esportes).
- e) O PROESPORTE permite a utilização do incentivo fiscal para financiar projetos cujos beneficiários sejam sócios da empresa apoiadora.

158. De acordo com o Decreto nº 20.473/2020, em relação ao pagamento das parcelas e condições especiais, é incorreto afirmar que:

- a) A modalidade de débito em conta é obrigatória para pessoas jurídicas.
- b) Parcelamentos de ofício podem ser realizados em até 36 parcelas consecutivas.
- c) Créditos tributários de contribuintes pessoas físicas com valor superior a R\$ 3.000,00 devem ser parceladas na modalidade de débito em conta.
- d) A falta de pagamento integral de duas parcelas intermediárias ou da última parcela resulta na revogação do parcelamento.
- e) A revogação do parcelamento impede a renegociação futura do débito.

159. De acordo com o Decreto nº 20.473/2020, que dispõe sobre parcelamento de créditos no âmbito da Secretaria Municipal da Fazenda (SMF) e da Procuradoria-Geral do Município (PGM), assinale a alternativa correta:

- a) O parcelamento previsto no Decreto nº 20.473/2020 depende de apresentação de garantia.
- b) O parcelamento a pedido do sujeito passivo referente aos créditos tributários poderá ser pago em até 36 (trinta e seis) parcelas mensais e consecutivas, e aos não tributários em até 60 (sessenta) parcelas mensais e consecutivas.
- c) O crédito parcelado ficará sujeito à incidência de taxa de juros compostos mensais até o mês do efetivo pagamento.
- d) Na hipótese de débito objeto de cobrança judicial execução fiscal e com leilão agendado, o parcelamento dependerá do pagamento à vista de, no mínimo, 20% (vinte por cento) do valor do débito consolidado.
- e) O valor consolidado consiste na soma do valor do tributo e dos respectivos acréscimos, e o valor da primeira parcela será obtido mediante a divisão do valor consolidado pelo número de parcelas concedidas.

160. Sobre a expedição da Requisição de Informações sobre Movimentação Financeira (RMF), conforme Decreto nº 19.946/2018, é correto afirmar que:

- a) A RMF poderá ser solicitada sem prévia intimação ao sujeito passivo, desde que o Auditor-Fiscal responsável justifique sua necessidade.
- b) Deve ser precedida de intimação ao sujeito passivo para apresentação de informações financeiras ou autorização de acesso.
- c) A emissão da RMF prescinde de qualquer justificativa formal, sendo suficiente a existência de procedimento fiscal.
- d) A necessidade de expedição da RMF deve ser aprovada exclusivamente pela Procuradoria-Geral do Município.
- e) A RMF pode ser expedida diretamente pelo Auditor-Fiscal sem necessidade de relatório fundamentado.

O QUE VOCÊ ACHOU DESTE SIMULADO?

Conte-nos como foi sua experiência ao fazer este simulado.

Sua opinião é muito importante para nós!

<https://forms.gle/3RC8pkHLNAnpSnxQ9>

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<http://estrategi.ac/assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<http://estrategi.ac/ok1zt0>
